

Divergências na Aliança adiam votação

Foto: Josemar Gonçalves

As divergências entre o PMDB e o PFL impediram, ontem, a votação do Regimento Interno definitivo da Assembleia Constituinte. O substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) somente deverá retornar a plenário após o carnaval, provavelmente no próximo dia 10, uma terça-feira.



Além do PFL e parte do PTB e PDS, que se retiraram do plenário para não apreciar a matéria, o líder do governo na Câmara, Carlos Santana (BA), foi um dos principais responsáveis pelo adiamento da votação, chegando a pedir aos constituintes "amigos do presidente Sarney que deixem o plenário", segundo denunciou o senador Fábio Lucena (PMDB-AM).

A sessão de ontem, que deveria decidir sobre o substitutivo, foi marcada claramente pelas divergências entre o PFL e o PMDB. Os pefelistas, com o apoio do PTB e do PDS, e auxiliados pelo líder Carlos Santana, pretendiam rejeitar o parágrafo sete do artigo 57 do relatório que segundo eles, dá poderes à Constituinte de emendar a atual Constituição. Este dispositivo já vinha, desde a semana passada, provocando uma grande polémica entre as duas maiores bancadas partidárias do Congresso. Ontem, no entanto, as diferenças atingiram o seu clímax ao provocar inclusive a retirada de todos os parlamentares do PFL a fim de evitar a votação do Regimento definitivo por falta de quorum, no que foi acompanhado pelo PTB e PDS.

Retirada

A agitação em plenário começou logo no início da sessão. Com 10

minutos de reunião, o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi (SP), contraditou a explicação dada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, definindo que os pedidos de destaques oferecidos ao substitutivo também deveriam, como a matéria principal obter um mínimo de 280 votos para serem aprovados, isto é, atingir a maioria absoluta prevista nas normas provisórias. Gastone Righi entendia que, ao contrário da interpretação dada por Ulysses, os partidos que quisessem reincluir os destaques no parecer a ser aprovado em plenário deveriam conseguir os votos da maioria absoluta da Casa (metade mais um dos 559 constituintes).

A polémica, quanto à interpretação de como deveria ser votado o destaque, é antiga tanto na Câmara como no Senado, mas diante da decisão de Ulysses Guimarães o líder do PTB pediu que a dúvida fosse decidida pelo plenário. Ulysses não acatou o recurso do deputado Gastone Righi. Diante do fato consumado, o PTB e o PFL, este comandado pelo líder, José Lourenço, deixaram o plenário visando forçar o adiamento da votação do Regimento Interno ou a sua rejeição por parte de um pequeno grupo de petebistas e

pedestistas que permaneceram em plenário, mas que votariam contra o substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso.

Confronto

Imediatamente após a retirada dos constituintes do PFL, PDS e PTB, os partidos de esquerda que até então criticavam o substitutivo passaram a apoiá-lo juntamente com o PMDB. A intenção do PDT, PT, PCB, PC do B e até o PDC e PL, era evitar a supressão do artigo que dá poderes à Constituinte de legislar sobre matérias ligadas a sua soberania e não, como é o entendimento da maioria dos partidos, de emendar a atual Constituição, segundo o entendimento do relator, Fernando Henrique Cardoso.

Diante do confronto entre progressistas e conservadores, o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, pediu à Mesa a verificação de quorum em plenário para o início da votação. Feita a contagem foi registrada a presença de 283 constituintes, nenhum do PFL.

Como o substitutivo corria o risco de ser rejeitado já que necessitava de 280 votos para ser aprovado, Luiz Henrique pediu a preferência de votação do primeiro substitutivo apresentado por Fernando Henrique Cardoso e alterado pelo relatório atual. Em seguida, o líder comandou sua bancada para que se retirasse de plenário. Ao final da votação, foram verificados apenas 80 votos denunciando, portanto, a falta de quorum para a apreciação do substitutivo na sua segunda versão. Assim, o PMDB eliminou o risco de ver a matéria rejeitada e adiou a votação para o próximo dia 10.



Em sessão tumultuada, Gastone Righi, líder do PTB, tenta obstruir a votação do substitutivo

Santana briga sozinho

Disputa traz novas forças de composição

Durante o tempo todo em que forçou uma solução negociada em torno do parágrafo 7º do artigo 57 do Regimento da Constituinte, o PFL apostou na avaliação de que ao PMDB não interessaria um confronto, pois isto deixaria à mostra suas divisões. O confronto acabou ocorrendo e, aparentemente derrotado, o PFL saiu de plenário para, em reunião de emergência, protestar energicamente contra «o autoritarismo» do PMDB. A avaliação do senador Divaldo Suruagy (AL) foi de que, «na prática, a Aliança Democrática morreu hoje». Concluída a sessão em que o PMDB não conseguiu levar a termo seu intento, restava a impressão de que o confronto apenas teve início.

«Eu sou um só». Essa constatação, feita em tom de desabafo, pelo deputado Carlos Santana a um grupo de deputados paulistas, revela as dificuldades que vem enfrentando para o exercício da liderança do governo. Hostilizado pela grande maioria do PMDB, inclusive suas lideranças eleitas, sem gabinete e sem direito a encaminhar como líder qualquer votação na Constituinte, Santana, chegou a dizer a alguns parlamentares que, se pudesse, desistia do cargo. Não o faz apenas por lealdade ao presidente José Sarney.

Ontem, ele foi um dos principais alvos do próprio PMDB. Burlou o regimento provisório da Constituinte e, alegando uma questão de ordem, defendeu, da tribuna, uma posição contrária à de seu partido. Seu discurso foi recebido com frieza. A seca resposta do deputado Ulysses Guimarães foi eufusivamente aplaudida. Obstinado, Santana continuou seu trabalho para esvaziar o plenário e não aprovar o substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso. Deve ter ganho pontos no Planalto, mas certamente perdeu força no PMDB.

Cofronto

O deputado Luiz Henrique, desde que assumiu a liderança do partido na Câmara, encontra-se pren-

sado por dois outros líderes: Santana e José Lourenço, do PFL. Ontem, confrontou a ambos: se vencesse, firmava-se definitivamente como líder do partido. Não ganhou, apesar de ter a maioria do partido do seu lado. A luta, portanto, vai continuar. Mas, diante do confronto com os conservadores, teve pelo menos uma vitória: está praticamente consolidado como o líder do partido na Constituinte. A candidatura do senador Mário Covas ao cargo teria sido, segundo avaliação de diversos parlamentares do PMDB, mais uma vítima do embate de ontem. E que tornou-se vital ao partido bancar a posição de Luiz Henrique.

O deputado José Lourenço, com seu estilo agressivo, tem colocado o PMDB permanentemente na parede. A reação do PMDB assustou a integrantes do governo e do próprio PFL que consideravam durante a agitada tarde de ontem que Lourenço tinha ido longe demais, contribuindo para a implosão da Aliança Democrática.

No final, contudo, como o PMDB não alcançou seu objetivo, saiu vitorioso. Mas tem cada vez menos condições de diálogo com o PMDB, o que o enfraquece nas negociações para superar o impasse existente na Constituinte.



O líder do Governo foi à tribuna defender posição do PFL

Soberania tem 559 versões no Congresso

A definição do que é soberania da Assembleia Nacional Constituinte varia entre os 559 constituintes. Cada um deles tem uma opinião diferente sobre o tema, divergindo sobre ele de acordo com o partido a que pertence e com a linha política que segue, além, obviamente, da posição que tomou na disputa em curso na Constituinte.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que vem se colocando contra a aprovação do projeto de decisão na forma em que está redigido, acha que a soberania «é o poder de decidir em última instância». Para o presidente e líder do PT, deputado Luís Leite «Lula» da Silva (SP), soberania é, na Constituinte, «poder definir o seu grau de liberdade de funcionamento».

Por sua vez, o líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro (RJ), acha que a soberania se caracteriza, sobretudo, «pelo poder que tem em redefinir o Estado, não se subordinando a qualquer norma jurídica pré-existente». Para o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), o poder da Constituinte, em sua opinião, está em a Assembleia «fazer o que lhe aprouver fazer, com o apoio da maioria de 280 dos constituintes». Nem os deputados que integram o grupo «xiita» do PMDB têm posição igual sobre o tema. O gaúcho Nelson Jobim a define como «a não-subordinação, em que toda a ordem jurídica é hierarquizada e tem vários atores». Seu conterrâneo, Jorge Uequed, acha que «é o direito dessa Assembleia formular o pacto social, como essa sociedade deseja viver, sem a interferência de nenhum outro poder». O senador Mário Covas (PMDB-SP) acredita que «a capacidade de existir acima de qualquer outro valor».

Alceni teme exclusividade da Assembleia

«Por trás dessa briga está o poder. O PFL tem receio que a maioria do PMDB transforme a Assembleia Nacional Constituinte num governo de assembleia, que pode tudo. A Frente Liberal quer manter o status quo. Alterações na atual Constituição só com dois terços dos votos de deputados e senadores». Esta informação é do vice-líder do PFL na Câmara deputado Alceni Guerra (PR).

Segundo o parlamentar, a aprovação do projeto de decisão, na forma defendida pelo PMDB, permitiria que fossem feitas modificações na atual Carta. Alceni argumentou que isso acabaria por colocar o Legislativo em choque com o Executivo e Judiciário, provocando uma séria crise política no país.

Entretanto, para o deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), do grupo xiita por trás das diferenças de posição de seu partido com o PFL «está a crise de identidade da Frente Liberal, que não sabe o que é». O parlamentar também acha que o esse posicionamento os frentistas querem mostrar ao presidente José Sarney que o PFL é o partido de sustentação política do governo, ao contrário do PMDB. Já o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) advertiu que a pressão do governo e do PFL visava «amarrar a Constituinte ao sistema de 67».

Demonstrando irritação, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) argumentou: «A briga é sibilina. Discussão não é de soberania. O que se ataca obrigatoriamente é a vigência da atual Constituição» — disse. O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), vaticinava antes do início da votação: «E o controle total da Constituinte pelo PMDB que está em disputa. Resta saber se ele continuará unido».

No plenário, confronto entre 2 blocos

A Constituinte dividiu as águas — de um lado os progressistas, com apoio do comando do PMDB, e de outro os conservadores, respaldados pelo governo. A Aliança Democrática, que já exibiu inúmeras fraturas, praticamente implodiu. Os dois blocos, a julgar pela batalha travada ontem em plenário, se equivalem. O confronto revelou o impasse: gora, na tréguas proporcionada pelo Carnaval, a opção é o entendimento ou uma nova disputa. Todos os cafés estão na Mesa: o governo controla cerca de um terço do PMDB, suficiente para desestabilizar a maioria do partido na Constituinte.

Desde a instalação da Cons-

tituinte, PMDB e PFL enfrentam-se em escaramuças, contornadas antes de um desentendimento em plenário. Ontem, foi diferente: o confronto foi a plenário. O PMDB não teve força suficiente para vencer, apesar da aliança com os pequenos partidos progressistas. A batalha ganha pelo PFL, contudo, não significa que tenha força suficiente para impor suas posições. O quadro é de equilíbrio.

Durante todo o dia, caracterizada a inexistência de um entendimento com o PMDB, o PFL em linha direta com o gabinete civil da Presidência da República e a ativa colaboração do líder do governo, deputado Carlos Santana,

trabalhou para impedir a aprovação do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso em plenário. Teve êxito parcial.

O PMDB queria se afirmar como partido. Os deputados Ulysses Guimarães e Luiz Henrique bancaram o confronto. Não tiveram cacife para a vitória. Controlam dois terços o PMDB. Carlos Santana mostrou, com ajuda de providenciais telefonemas do Planalto, comandar o outro terço. Mas está bastante desgastado com o restante do partido. PMDB e PFL disputam a hegemonia da Constituinte. Cada um soma aliados para as futuras batalhas.

Estratégia do PFL

Gerson Menezes

«Se quiserem, eu chamo também o Romeu Tuma». A referência ao nome do diretor-geral da Polícia Federal partiu do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), respondendo à brincadeira de um repórter que, ao ver o ministro da Justiça, Paulo Brossard, sair do gabinete do deputado, observou que a liderança do PFL estava «bem assessorada». O dia era especial para «visitas de cortesia» a casa de Brossard: PFL e PMDB se enfrentavam em busca de fazer prevalecer, cada um, seu ponto de vista em torno do Regimento Interno da Constituinte.

Poucos minutos antes, o mesmo José Lourenço recebia um telefonema do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, a quem apresentou um prognóstico: «Parece que temos número suficiente». Era evidente, enquanto isso, o esforço do líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), em desmentir as versões de que as emendas e iniciativas do PFL para tentar mudar o projeto de regimento do PMDB tinham a «inspiração» do Palácio do Planalto, mas a intimidade de um partido e o centro do poder era indistigável: acrescentavam-se a todos os «indícios» a presença constante, na sala da liderança, do assessor Henrique Hargreaves, do Palácio do Planalto.

A euforia em torno de uma alimentada esperança de vitória também era indistigável: por volta das 17h30, Lourenço entrou em seu gabinete anunciando em tom eufórico que estavam «reincidiadas as negociações» em torno do parágrafo 7º do artigo 57, o principal alvo dos ataques do PFL por entender que ele possibilita «riscos» ao reagir a soberania da Constituinte, dando-lhe poderes para alterar a atual Constituição. Por volta das 18 horas, o PFL contabilizava suas forças, concluindo que, mesmo com a adesão do PDS, do PTB, do PL e de «boa parte do PMDB poderia não reunir número suficiente para rejeitar o polémico parágrafo do Regimento. Foi acionada então a estratégia que já estava no bolso do paletó: a tentativa de obstrução da votação, através de questão de ordem preparada pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) e que acabou sendo apresentada, também como parte da estratégia, pelo líder do PTB, Gastone Righi. O objetivo dos liberais era forçar o adiamento da votação para depois do carnaval, garantindo maior tempo para aglutinar forças. A bancada toda do PFL se retirou, no entanto, após a negativa do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em atender à questão de ordem e ainda em atender ao requerimento de Righi no sentido de que a questão fosse decidida pelo plenário.

Retirada

O episódio chegou a provocar cenas inusitadas: após a negativa do recurso, quem foi ao microfone pedir a retirada de sua bancada foi o líder do PFL, que acabou assistindo à ampliação de sua liderança: começaram a retirar-se também as bancadas do PDS, do PTB e do PL. Recuperados do impulso do primeiro momento, os parlamentares desses partidos se deram conta de que não era liderados por Lourenço e voltaram ao plenário, mesmo que para votar contra o PMDB.

PMDB perde batalha

Andrei Meireles

Sentado na cadeira da liderança do PMDB em plenário, o deputado Luiz Henrique, cercado de parlamentares do PMDB, não escondia sua irritação: «Isso é inadmissível. Há deputados do PMDB viajando num momento importante como este. Deste jeito, vamos continuar sendo chantagados pelo PFL. Hoje, era o dia do nosso partido dar uma demonstração de unidade».

O desabafo de Luiz Henrique, momentos antes da verificação de quorum, baseava-se num levantamento de seus vice-líderes de que cerca de 20 parlamentares do PMDB estavam fora de Brasília. O pior estava por vir: sob o comando do deputado Carlos Santana, quase 80 parlamentares deixaram deliberadamente de responder à chamada nominal. Trate-se de uma bancada mais leal ao governo do que ao partido. Nomes como Milton Reis, Prisco Vianna, Roberto Cardoso Alves, Aécio Neves, Francisco Carneiro, Irapuá Costa Jr., Heráclito Fortes, Fernando Gasparian, entre outros, simplesmente não atenderam ao chamado. Alguns inclusive estavam dentro do próprio plenário.

O quorum foi obtido com apertada e arriscada margem, inviabilizando a aprovação do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso. O PMDB, com apoio dos pequenos partidos progressistas, quis derrotar numo tacada só as forças conservadoras, agrupadas no PFL, PDS, PL e PTB, e o governo. Não conseguiu.

Desde cedo, impasse claramente configurado, o comando do PMDB avaliava se dispunha ou não de forças suficientes para ir ao confronto. Nas sucessivas avaliações feitas no gabinete de Luiz Henrique, os resultados eram sempre os mesmos: imprevisíveis. Mesmo diante dos riscos, a maioria do partido, agastada com as ostensivas ingerências do governo e do PFL no próprio PMDB, queria o confronto. Após uma longa reunião com os coordenadores de bancada, Luiz Henrique assegurou: «Não recuaremos. Quem tem de recuar é o PFL. Caso contrário, decidiremos no voto».

A cúpula do PMDB tinha plena consciência das dificuldades e assistia, irritada, à articulação feita dentro do plenário por parlamentares conservadores do partido, sob a liderança de Carlos Santana.

O deputado Ulysses Guimarães, que também optou pelo confronto, queria a qualquer custo a votação na sessão de ontem. Ignorou os apelos dramáticos, reservados e públicos, feitos por Carlos Santana. Durante a chamada nominal, o PMDB, contudo, mudou sua estratégia: colocar o substitutivo em votação poderia significar a sua rejeição, pois dificilmente seriam alcançados os 281 votos necessários para sua aprovação. A batalha foi perdida. A decisão adia.

Com mais poder de fogo, o governo espera ter vantagem como novo prazo. Para isso, dispõe, segundo levantamento feito pela Presidência da República, de 10 mil cargos como argumento. Abatidos e irritados, os comandantes da batalha pelo lado do PMDB pretendem neutralizar a ofensiva governamental e assegurar, na próxima votação, a presença de todo o partido. Ou, pelo menos, de todos que seguem a orientação do comando partidário.



Acenando, o líder José Lourenço deixa o plenário obedecendo à tática do PFL